

# PANORAMA HISTÓRICO DA FILOSOFIA NO BRASIL: DA CHEGADA DOS JESUÍTAS AO LUGAR DA FILOSOFIA NA ATUALIDADE

*HISTORICAL OVERVIEW OF PHILOSOPHY IN BRAZIL:  
FROM ARRIVAL OF THE JESUITS TO THE PLACE OF THE CURRENT BRAZILIAN  
PHILOSOPHY*

Thiago Ferreira dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama do pensamento filosófico no Brasil para que se reflita o lugar de uma filosofia brasileira na atualidade. Nesse sentido procuraremos fazer um breve traçado histórico dos momentos em que é trabalhado o pensamento de cunho filosófico no país, partindo do século XVI com a chegada dos portugueses e o trabalho iniciado pelos jesuítas, passando pelas mudanças estruturais e teóricas no país até chegar à atualidade. Nesse sentido refletiremos os principais elementos do pensamento filosófico no Brasil Colônia, Império e República, bem como os representantes desse pensamento em cada período para então pensar a situação e o lugar da filosofia brasileira contemporânea.

**Palavras-chave:** Filosofia no Brasil. História da filosofia. Filosofia no Brasil contemporâneo.

**Abstract:** This study aims to present an overview of philosophical thought in Brazil so that we can reflect the place of a current brazilian philosophy. In this sense we will try to make a brief historical route of the times when it is worked the philosophical thought in the country, starting the XVI century with the arrival of the portuguese and the work started by the jesuits, then going through the structural and theoretical changes in the country to reach the present. In this sense we will reflect the main elements of philosophical thought in Brazil Colonial, Empire and Republic, and representatives of the thought in each period and then think about the situation and the place of contemporary brazilian philosophy.

**Keywords:** Philosophy in Brazil. History of Philosophy. Philosophy in contemporary Brazil

## 1. Introdução

A ideia de história da filosofia no Brasil é problemática e exige atenção para o estabelecimento de uma defesa ou crítica do termo. A história do pensamento filosófico no Brasil é apontada do século XVI, período inicial da colonização pelos portugueses, até a

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia. Universidade Federal do Estado de São Paulo - UNIFESP/CAPES. E-mail: [thiago.fer1988@gmail.com](mailto:thiago.fer1988@gmail.com). Fone: (11)9 6465-1455

contemporaneidade, ao passo que a própria ideia de pensamento filosófico no Brasil deve ser refletida sob dois aspectos importantes para a compreensão do que caracteriza uma filosofia brasileira. Primeiro, se uma filosofia brasileira deve ser entendida como o exercício do pensar filosófico correlacionado com as circunstâncias da realidade brasileira, devendo ser pensada como um pensamento filosófico que surja de uma brasilidade latente; segundo, se uma filosofia brasileira pode assim ser caracterizada, se corresponde a um autor brasileiro e é construída no país, uma vez que os objetos da filosofia são em geral universais podendo ser refletidos sob seus vários aspectos em diversos países.

O Brasil, por ser um país colonizado, tem a produção de sua cultura e pensamento que passa a vigorar importados de Portugal, uma vez que a cultura indígena originária é suprimida em prol do pensamento implantado pelo velho mundo. Nesse sentido, para entender o movimento da história da filosofia do Brasil e conseqüentemente do modelo de pensamento filosófico brasileiro, é preciso compreender o movimento histórico do próprio país, pois apesar do conteúdo filosófico poder tratar mesmo de assuntos atemporais, a produção filosófica é intrínseca ao tempo, e o modo de se fazer filosofia é possibilitado pelas condições históricas, pelo contexto histórico.

Pois bem, seguindo o movimento histórico e evolutivo do Brasil, a história da filosofia brasileira pode ser classificada e dividida com base nos períodos que o país enfrentou até estar tal qual é nos dias atuais. Assim sendo, o pensamento filosófico no Brasil está distribuído por três períodos cruciais na história do Brasil, são eles: o *período colonial*, o *período imperial* e o *período republicano*. Cada período apresenta elementos que constituem o pensamento filosófico referente a cada momento e que evoluem de acordo com o movimento histórico até a situação atual do que podemos chamar de filosofia brasileira.

O Brasil tem representantes importantes que trabalham o pensamento da realidade nacional desde o período colonial com os jesuítas e a reprodução de um pensamento de cunho teológico, passando pelos ensinamentos tomistas no Colégio do Rio, que é considerado a primeira faculdade em que se ensina filosofia no país. Com a passagem para o Brasil imperial passa a vigorar um ecletismo no pensamento filosófico nacional, onde se encontram características empiristas e espirituais trabalhadas num mesmo âmbito, o positivismo de Comte passa a vigorar de forma importante no sentido de defensor e crítico dessa linha de conhecimento. Contra o positivismo ainda no período imperial surge a chamada Escola de Recife, um movimento importante para a evolução do pensamento brasileiro, tendo como representante principal Tobias Barreto. Já no século XX com um Brasil republicano, o

pensamento filosófico passa a propor um culturalismo que resulta das propostas anti-positivistas da Escola de Recife, tendo como seu principal expoente Farias Brito, considerado por muitos como um dos grandes filósofos brasileiros e herdeiro das ideias de Tobias Barreto. Além disso, surge o projeto da teologia da libertação que se propõe, grosso modo, como uma correlação entre correntes marxistas e teológicas tendo Leonardo Boff como defensor.

Há críticas sobre a originalidade de um projeto filosófico brasileiro quando se trata de refletir sobre as problemáticas levantadas pelo pensamento filosófico no Brasil no decorrer da história, tomando como importado da Europa e não à luz das questões nacionais. Nesse sentido, há uma preocupação com a situação de uma filosofia brasileira na atualidade e a problemática do pensamento que se desenrola no processo de identidade brasileira. Roberto Gomes (1994) propõe uma crítica interessante ao modelo filosófico utilizado no país – como veremos adiante nesse trabalho – questionando a originalidade de um projeto filosófico no país, porém sua *Crítica da Razão Tupiniquim* é problematizada por alguns excessos por Jorge Jaime (1997) em sua *História da Filosofia no Brasil*. Procuraremos desenvolver esse panorama nos pontos a seguir.

## **2. Os Principais Elementos do Pensamento Filosófico do Brasil Colonial, Imperial e Republicano e seus Principais Representantes**

Para se refletir a história da filosofia no Brasil é necessário se debruçar sobre a história do povo brasileiro e as nuances que constituem o trajeto do pensamento filosófico brasileiro, de modo que os elementos do pensamento filosófico devem ser entendidos à luz das circunstâncias históricas que o país enfrentou. Nesse sentido, procuraremos apresentar os elementos do pensamento filosófico nos períodos que o Brasil passa até chegar a atualidade, sendo eles o Colonial, o Imperial e o Republicano.

### **2.1 Brasil Colonial**

No período colonial brasileiro, a filosofia é implantada pelos jesuítas, e apesar de não haver registros que se refiram a um ensino da filosofia ou documentos essencialmente filosóficos, foram os jesuítas que iniciaram o processo de construção de um pensamento filosófico e teológico aos moldes ocidentais em solo nacional a partir do século XVI. Esses pensadores são importantes, pois no momento em que os portugueses chegavam ao Brasil

com o interesse imediato de se instalar e obter posse das riquezas naturais e escravizar os nativos, os jesuítas se propõem a ensinar o povo, certamente com interesses maiores que se relacionavam com a necessidade de expansão do cristianismo, uma vez que seguiam as propostas do Concílio de Trento<sup>2</sup>, concílio que surge em oposição à reforma protestante e afirma o fortalecimento e expansão dos dogmas católicos. Os ensinamentos oferecidos pelos jesuítas eram de cunho tomista e desenvolviam basicamente preceitos que se referiam à segunda escolástica portuguesa, que se fundamentava, grosso modo, na defesa da ortodoxia católica e seus dogmas que vigoravam mais devido ao Concílio de Trento, ao passo que o método de ensino seguia rigidamente estrito, adotando ao que chamam de *Ratio Studiorum*, que era uma coletânea de textos que guiavam os Jesuítas em seus ensinamentos ortodoxos e estritamente ligados a Tomás de Aquino e Aristóteles. Tal coletânea regulamentava e pautava de forma estrita as atividades acadêmicas da Companhia de Jesus em Portugal e Espanha e foi diretriz para o colégio das artes de Coimbra, da Universidade de Évora, entre outras escolas jesuíticas, que eram monopólio no ensino secundário em Portugal<sup>3</sup>. Os séculos XVI e XVII, fases iniciais do pensamento filosófico no Brasil, permanecem basicamente seguindo os ensinamentos escolásticos influenciados pelo Concílio de Trento e a *Ratio Studiorum*, e não avançaram em outros modelos de pensamento que não o da teologia. Ainda no século XVII a filosofia passa a ser ensinada para nível superior no chamado Colégio do Rio, primeira instituição onde a filosofia é ensinada mais profundamente. Temos como representantes fundamentais dessa fase do Brasil colônia Manoel da Nóbrega, Gomes Carneiro, Nuno Marques Pereira e Souza Nunes, defensores do chamado “Saber de Salvação”, que preparava o povo para uma instância divina em detrimento do corpóreo e material.

Até a segunda metade do século XVIII essas ideias propostas pelos jesuítas monopolizavam o pensamento, porém a partir da segunda metade do século XVIII surge o chamado *Empirismo Mitigado*, que é uma corrente filosófica que surge em reação e oposição ao tomismo proliferado pelas companhias jesuíticas. Tal corrente se propunha a uma redução do conhecimento filosófico válido a um empirismo cientificista influenciado pelo iluminismo europeu e tinha como representante máximo Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, cuja proposta influencia de forma importante o desenvolvimento do pensamento filosófico no Brasil, uma vez que inspirou as importantes partes da

---

<sup>2</sup> RODRIGUEZ, 1993, p. 46

<sup>3</sup> *Ibidem*.

intelligentsia brasileira, influenciando na organização das primeiras instituições de ensino superior que eram de cunho cientificista-pombaliana<sup>4</sup>. Porém como a proposta de Marquês de Pombal não satisfazia de forma plena os problemas do pensamento, naquele momento surge o trabalho de superação do Empirismo Mitigado por Silvestre Pinheiro Ferreira que propõe uma ideia de Empirismo, influenciado pela filosofia de Locke e de Aristóteles, porém um Aristóteles reinterpretado numa perspectiva empirista e não mais estritamente metafísica como propagavam os Jesuítas, nesse sentido, seguindo a Marquês de Pombal, Pinheiro Ferreira se move contra a escolástica, e propõe ideias que desenvolve o pensamento no país em termos humanos, filosóficos e políticos, como a própria superação de um liberalismo radical por um politizado.

## **2.2 Brasil Imperial**

A partir do século XIX o Brasil enfrenta uma mudança histórica importante: nas margens do rio Ipiranga, Dom Pedro I proclama a independência do Brasil em relação a Portugal, sendo ele o primeiro monarca do Brasil; passamos então de uma colônia portuguesa para um Império desligado da união com Portugal. Nesse período o pensamento filosófico enfrenta problemas relacionados à questão da liberdade e consciência: até que ponto havia liberdade, havia de fato consciência de liberdade nacional? Tendo em vista essa problemática, no período Imperial surge no Brasil uma corrente filosófica chamada de Ecletismo, cujos representantes principais foram Eduardo Ferreira França e Gonçalves de Magalhães. Tal corrente tentava responder as questões humanas de consciência e liberdade através de uma aproximação do espiritualismo e do empirismo às problemáticas emergentes desse período. Nesse sentido, Ferreira França buscou apresentar fundamentações filosóficas em relação à liberdade política. Magalhães por sua vez, propõe soluções mais espiritualistas atentando para a oposição corpo e alma, no sentido do corpo ser uma prisão, mas de haver liberdade humana por haver espírito, etc. Essas questões ecletistas vigoram até o chamado “surto de ideias novas”, que se caracterizou pelo surgimento de novas discussões no meio intelectual que reagiam ao ecletismo e dava lugar a outros modelos de entendimento de mundo, como o positivismo que influencia fortemente a cultura brasileira em termos de visão de mundo. De fato, as propostas feitas desde o Brasil colônia por Marquês de Pombal em relação a um

---

<sup>4</sup> RODRIGUEZ, 1993, p.47

cientificismo alavancam no país uma aceitação por ideias positivistas que propagam esse pensamento em diferentes manifestações, seja ortodoxa, política ou militar, tendo como principais representantes Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Luís Pereira Barreto, Alberto Sales, Pedro Lessa, Paulo Egydio, Ivan Lins, Júlio de Castilhos e Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Em oposição ao positivismo surge um movimento muito importante na história, não só da filosofia brasileira, mas na história do país, a chamada “Escola de Recife”, que trouxe para o pensamento filosófico brasileiro questões sociológicas, culturais, folclóricas, jurídicas etc. Movimento nascido em Recife na Faculdade de Direito de Recife, primeira faculdade do gênero ainda no Brasil Império nos anos de 1860/90, tendo como líder a figura de Tobias Barreto, e sendo representado por nomes como Silvio Romero (1878). Esses pensadores se colocam em oposição ao domínio do pensamento positivista e trazem uma nova inclinação para o pensamento filosófico. Herdeiros de um kantismo, trabalham a filosofia num plano epistemológico, sendo provavelmente os primeiros a introduzir esse nível de discussão em solos nacionais. Mergulhados numa discussão do tipo transcendental influenciada pelo modelo Kantista, tanto Tobias Barreto quanto Silvio Romero trazem à tona uma nova concepção de cultura, pois estabelecem a cultura num patamar que só diz respeito ao ser humano, transcendendo as condições naturais e animais. Essas concepções dão início a uma compreensão que problematiza a cultura em oposição a teorias ecléticas e positivistas em vigor na época.

### **2.3. Brasil República**

A partir do século XX, com a queda do Império, sendo proclamada a república em novembro de 1889, o Brasil entra em outro período histórico que vigora até hoje, passando a ser uma República, período convencionalmente chamado de Brasil República. Esse novo formato histórico-cultural traz um novo fôlego para os intelectuais da época que buscam teorias que balizem uma sociedade racional e esclarecida para acompanhar esse novo modelo de sociedade.

O século XX tem seu início ainda muito influenciado pelas correntes positivistas e suas manifestações de cunho cientificista. Porém, desde o surgimento da Escola de Recife, o domínio do positivismo em solo nacional encontrou um forte movimento contrário e com ideias que aos poucos cristalizavam no cenário nacional. Nesse sentido, uma das mais

importantes correntes do século XX que surge como crítica ao positivismo é o culturalismo, corrente herdeira da proposta e crítica iniciada pela Escola de Recife e que tem como seu principal representante Farias Brito, além de nomes como Washington Vita, Miguel Reale etc. Esses intelectuais trazem à tona questões de cunho antropológico e social; tal corrente vigora em detrimento do positivismo.

Outra corrente filosófica que surge no Brasil do período republicano é a *teologia da libertação*, pois mesmo com todas as nuances de ideias discutidas no Brasil, o efeito inicial do trabalho dos jesuítas manteve-se presente. De fato, no século XX há um retorno a Tomás de Aquino, com o chamado neo-tomismo e o desenvolvimento do projeto da teologia da libertação que tem como seu expoente Leonardo Boff, buscando uma união da filosofia com a teologia, produzindo o diálogo teológico com o marxismo, ao passo que propõe um ideal de libertação para os povos que sofrem desigualdades na tentativa de refletir a problemática. Além de elementos marxistas é possível propor elementos existencialistas também no pensamento filosófico do século XX.

### **3. A situação da Filosofia Brasileira na atualidade**

Devido ao processo pelo qual o pensamento filosófico se instala no Brasil, pensar uma filosofia brasileira na atualidade a princípio parece um tanto quanto insólito. Porém, se nos debruçamos sobre o processo histórico do país e da compreensão de que não existe filosofia original no sentido radical do termo, uma vez que a filosofia deve vir do seio das construções filosóficas desde seu surgimento na Grécia e ser trabalhada à luz das possibilidades contextuais, nos deparamos com os elementos que compuseram durante a história as linhas de pensamento filosófico brasileiro e que desemboca no modo como hoje pode ser tratada a filosofia no Brasil.

Como o Brasil é um país que foi colonizado, é problemático tratar de originalidade se formos radicais em nossas questões, assim, a princípio deve-se estabelecer e demarcar o conceito de *originalidade* e a partir daí se propor a refletir as *propostas filosóficas brasileiras*. É possível que no período pré-histórico ou pré-colonização, o solo nacional tenha sido palco de expressões de cunho filosófico e cultural, porém o movimento histórico que impulsiona o Brasil, tal como o vemos na atualidade em termos de pensamento, traz os elementos oriundos da colonização portuguesa, além da população africana trazida ao país para servir as elites. Nesse sentido, pensar uma filosofia no Brasil parece que passa a tomar forma quando se parte

dos pressupostos apontados, ou seja, a falta de uma originalidade no sentido forte do termo e o processo histórico de miscigenação do país.

Como foi abordado no presente trabalho, os elementos que compuseram o pensamento filosófico nos momentos cruciais que o país enfrentou constroem um tipo de consciência nacional e influenciam diretamente no desembocar da situação da filosofia no Brasil atual. As influências de pensamento que iniciaram desde o período colonial do Brasil foram fundamentais para a cultura brasileira, desde o conteúdo teológico abordado nos moldes da *Ratio Studiorum*<sup>5</sup> pelos jesuítas entre os séculos XVI e XVIII e também o cientificismo do pensamento filosófico proposto por Marquês de Pombal no século XVIII, pois ambos estiveram de alguma forma presentes em todos os períodos da história brasileira e guiaram as novas posições tomadas pelos pensadores de cada período, como o empirismo, o espiritualismo, o ecletismo e o positivismo. Ainda em contraposição, mas como reação a essa dominação cientificista na Brasil, surge o culturalismo, que dá outro fôlego a discussão filosófica brasileira.

Essas questões são importantes para se procurar entender a situação atual da filosofia brasileira, pois já a partir das propostas de Marquês de Pombal de uma redução cientificista da filosofia e de um ensino de cunho profissionalizante, a disciplina de Filosofia passa a aparecer no cenário nacional, não como uma temática de elevado nível de cultura e base indispensável para guiar o pensamento, mas como um curso profissionalizante de formação de professores. Isso gera um problema considerável, pois, salvo os pensadores brasileiros que em muitos casos foram estudar direito em Coimbra e lá se apaixonam pela filosofia e voltam da Europa com outra concepção de filosofia, ou então uma elite intelectual que se emerge no seio da tradição filosófica como forma de pensar as problemáticas ideológicas do país, temos no cenário nacional uma visão de formação de professores de filosofia e não de filósofos, e um conseqüente afastamento de uma noção de produção filosófica. Mas isso não implica dizer que não há filosofia brasileira ou que não houve filósofos brasileiros. Com o pragmatismo cientificista que vigora na consciência nacional, as questões da filosofia parecem cada vez mais obsoletas e distantes do Brasil. E isso é um problema que a atualidade enfrenta em termos de ensino de filosofia, uma vez que se criou uma consciência de formação de professores de filosofia que estudam para se formar em história da filosofia europeia e a reproduzem, não sendo filósofos.

---

<sup>5</sup> CERQUEIRA, 2011, p.172



Essa é uma problemática importante que a filosofia enfrenta na atualidade e que foi refletida por Roberto Gomes em sua *Crítica da Razão Tupiniquim* (1994), isto é, ainda sobre a questão da originalidade e, até que ponto a elite intelectual brasileira está preocupada com questões fundamentais para o país e que urgem à luz do contexto brasileiro. São questões importantes para se refletir, para se ponderar os excessos da crítica, pois como já propomos a filosofia deve ser entendida a partir de sua conexão com a tradição filosófica desde seu nascimento e suas questões problematizadas em relação aos contextos em que estão inseridos seus pensadores. O fato é que a filosofia na atualidade parece pecar por um certo complexo de inferioridade, vindo dessa concepção de que no Brasil não há filósofos, mas professores de filosofia, porém é perceptível a influência filosófica no pensamento brasileiro e a importância dos filósofos brasileiros até a atualidade. A seguir exploraremos a crítica de Roberto Gomes, além da posição de Jorge Jaime em relação à proposta de Gomes.

#### **4. A Crítica da Razão Tupiniquim de Roberto Gomes**

Em sua *Crítica da Razão Tupiniquim* Roberto Gomes problematiza, sobretudo, a questão da originalidade do pensamento filosófico brasileiro, ao passo que ataca fortemente o modelo de filosofia brasileiro como reprodução de uma seriedade estrangeira e reflexo de um modelo alheio ao brasileiro, o que gera certo complexo de inferioridade nacional em que se apresenta a ideia de que os modelos de pensamento funcionais são externos. O tratamento dado por Gomes em relação à problemática da filosofia no Brasil em sua obra está dividido ao longo de onze capítulos nos quais gradualmente vai desenvolvendo suas questões a cerca dos modelos estabelecidos pelos intelectuais na história do pensamento filosófico brasileiro, culminando com o que é proposto para a possibilidade de uma filosofia que se diga de fato brasileira por vias internas e apropriações e não meras reproduções do conteúdo externo. Nesse sentido, procuraremos a seguir, descrever brevemente o tratamento estabelecido por Gomes em cada capítulo da obra para que se tomem indícios da problemática abordada por ele e da validade de suas argumentações.

No primeiro capítulo, chamado *Um Título*<sup>6</sup>, é introduzida a questão do porque de uma crítica da razão tupiniquim, porque a escolha desse tema para ser problematizado. Nesse sentido, afirma a necessidade de escrever sobre essa temática, uma vez que é necessário a

---

<sup>6</sup> GOMES, 1994, p.4

partir do que urge o contexto nacional ser providenciada uma razão genuinamente brasileira, uma vez que no emaranhado que é o pensamento oficial não se percebe um modo que assuma o Brasil e que o reflita no contexto de nossas questões. Propõe ainda uma crítica para as expressões técnicas e estéreis de nossos intelectuais, e lança advertências sobre os estrangeirismos do pensamento proposto em nossos solos, ao passo que o pensamento genuinamente brasileiro deveria ser engendrado na realidade brasileira e não ser importado do exterior. Nesse sentido, a ideia do tema, não é inventar uma razão tupiniquim, porém formular um projeto com uma pretensão específica a brasilidade do pensamento.

No segundo capítulo, *A sério: A seriedade*<sup>7</sup>, é tratada a questão do conceito de seriedade, estabelece dois modos de se pensar uma seriedade. No primeiro modo, fala do homem sério, aquele que segue a risca as normas sociais e que se mantém na linha para preservar seu status social; o segundo modo de encarar a seriedade se refere à outra instância do significado do conceito, isto é, ele fala do homem que leva a sério no sentido de que levar a sério um trabalho ou as questões gerais da vida não significa necessariamente seguir normas sociais, mas levar a sério aquilo que se acredita. Nesse sentido, problematiza Gomes, se *levo algo a sério*, ocorre um movimento do sujeito para o objeto cuja seriedade refere. Por outro lado, se *sou sério* me confundo com a própria coisa, com o objeto da seriedade. Assim levar a sério é reconstruir sempre o mundo com novas possibilidades de significação, ser sério é reduzir-se ao que já está estabelecido e não se mover. Essa é uma questão que deve ser pensada no Brasil, a de levar a sério.

No terceiro capítulo, *Uma razão que se expressa*<sup>8</sup>, é proposto que o pensamento filosófico expressa sua razão histórica, e nesse sentido uma Razão Tupiniquim, uma filosofia brasileira, precisaria ser desnuda da razão implantada no país, mesmo que nada houvesse por trás de nossas máscaras europeias, o que pode levar ao temor de nos desnudarmos. A questão é que uma problemática de fato brasileira urge ser inventada sob nossas circunstâncias, uma razão brasileira deve ser expressa. No quarto capítulo, *Filosofia e negação*<sup>9</sup>, é apresentada a questão da negação do vigente para que se estabeleça o novo. A filosofia se desenvolve da crítica e da negação para que se estabeleçam novos patamares de pensamento, e além do mais a negação não é um adjetivo exclusivo ao pensamento filosófico, mas relativo ao ser humano

---

<sup>7</sup> GOMES, 1994, p.9

<sup>8</sup> GOMES, 1994, p.17

<sup>9</sup> GOMES, 1994, p.26

crítico. Nesse sentido, um pensar brasileiro é impossível por não seguirmos uma posição própria, mas externa. Então é a partir da negação de uma posição alheia a brasileira que se gera a possibilidade de um pensar brasileiro.

No quinto capítulo, *O mito da imparcialidade: O ecletismo*<sup>10</sup> é denunciada a indiferença brasileira em termos de intelectualidade, resultante da dependência histórica pelos países estrangeiros dominantes, sendo capazes de unir filosofias distintas sem escrúpulos, mas não sendo capazes de escutar que suas ideias são ultrapassadas, ao passo que sempre se dá um jeito de concordar com as eventuais divergências, o que gera um problema do não amadurecimento do país em termos intelectuais.

Já no sexto capítulo, *O mito da concórdia: O jeito*<sup>11</sup>, é questionado o jeitinho brasileiro, o modo que se criou no brasileiro de sempre dar um jeito para tudo, isso gera certa indisposição para a crítica. E apesar de que afirmar que o brasileiro é pouco crítico e reflexivo seja algo falso, é problemática uma postura de fuga do problema, uma vez que para se produzir uma filosofia brasileira, o brasileiro tem que ser o centro da crítica e da reflexão das questões que urgem serem pensadas na realidade brasileira. Por conseguinte, no sétimo capítulo, *Originalidade e jeito*<sup>12</sup>, Gomes problematiza a oposição da originalidade em relação ao jeito, uma vez que dar um jeito é se manter na superfície de uma atitude intelectual e não ir mais a fundo, ao passo que não se torna possível chegar a uma originalidade. Não é uma atitude filosófica conciliar ideias contrárias sem o questionamento, a reflexão e a crítica. A filosofia não funciona com base no jeito, na razão ornamental onde uma boa articulação de palavras numa retórica é mais importante que o conteúdo tratado. Assim, é preciso sair do jeito e encontrar as condições de originalidade de uma filosofia brasileira.

No oitavo capítulo, denominado *A filosofia entre nós*<sup>13</sup>, é problematizada a possibilidade de um filósofo brasileiro. Gomes não aceita que os pensadores que estabeleceram pensamentos de cunho filosófico no país sejam considerados filósofos brasileiros pelo fato de estarem presos a um emaranhado de reprodução estrangeira de pensamentos que são alheios às urgências que de fato poderiam caracterizar um filósofo

---

<sup>10</sup> GOMES, 1994, p.32

<sup>11</sup> GOMES, 1994, p.41

<sup>12</sup> GOMES, 1994, p.48

<sup>13</sup> GOMES, 1994, p.55

brasileiro. Gomes propõe que a falta de um filósofo brasileiro se deve justamente à herança portuguesa, ou ainda, a uma herança de falta de perfil para o pensamento filosófico.

No nono capítulo, *A razão ornamental*<sup>14</sup>, é mostrado como no Brasil o modelo racional é ornamental, preso à superficialidade de um pensamento importado, nesse sentido, inserindo no Brasil tanto escolas estrangeiras, bem como reproduzindo os problemas estrangeiros, o que nos faz pagar um preço muito alto que é o esquecimento de quem de fato nós somos. O intelectual brasileiro num complexo de inferioridade procura sustentar-se numa razão que não nos pertence e se perde de estabelecer uma razão sob as urgências brasileiras, incapaz de pensar uma brasilidade. Ainda, no décimo capítulo, *A razão afirmativa*<sup>15</sup>, Gomes propõe que o ambiente intelectual brasileiro dá abertura a uma fragmentação do conhecimento por não haver uma tradição filosófica de fato. O conhecimento é disperso e dá lugar a uma razão afirmativa, que é um tipo de complemento da razão impensada do ecletismo no sentido de perpetuar determinado dado, quando sua função é destruí-lo. Nesse sentido, uma razão afirmativa mantém e tenta recuperar o que se cristalizou no passado e conseqüentemente esteriliza o que se propõe no presente, uma vez que o proposto no passado deve ser mantido, impossibilitando assim a invenção de uma razão brasileira.

No décimo primeiro capítulo *Razão dependente e negação*<sup>16</sup>, último capítulo da obra, propõe que para que a filosofia no âmbito brasileiro não esteja fadada a um reducionismo e propostas alheias a nós numa razão ornamental e dependente de estrangeirismos, é necessário sair dessa instância séria ao qual fomos ensinados, de modo que o levar a sério as questões é que deve se colocar como termômetro das questões. É necessário negar as pretensões estabelecidas por uma filosofia estranha à realidade nacional e a partir disso construir-se em outra instância. Certeza do que há a frente não há, mas não são as certezas, mas são as dúvidas que movimentam o pensamento e o desenvolvimento intelectual humano.

Pois bem, com *A Crítica da Razão Tupiniquim* (1994) Roberto Gomes problematiza o modelo de pensamento e ação brasileiro, condenando o conformismo e a apatia, ao passo que adverte que não houve produção filosófica genuinamente brasileira, que os pensadores brasileiros não produziram filosofia. Faz uma forte crítica às correntes de pensamento oficiais por não perceber uma filosofia que assuma de fato o Brasil, mas são alheias e estranhas à

---

<sup>14</sup> GOMES, 1994, p.69

<sup>15</sup> GOMES, 1994, p.82

<sup>16</sup> GOMES, 1994, p.48

realidade brasileira, e isso é um ponto importante na sua crítica, já que para Gomes se mantivermos essa atitude apática o país não amadurecerá em termos de um pensamento original, estando fadado a não estabelecer suas condições próprias, vendo-se dependente de outras culturas, correndo o risco de não inventar-se uma posição própria e que se estabeleça como filosofia brasileira.

A tese de Gomes é um alerta relevante, pois estabelece os limites do que se produziu no Brasil em termos de filosofia, porém muito radical ao ponto de descartar qualquer atividade filosófica que se diga brasileira. Jorge Jaime, em sua *História da Filosofia no Brasil* (1997), reflete a proposta de Roberto Gomes, mas aponta para o excesso de exageros na forma como a filosofia no Brasil – ou a falta dela – é tratada por Gomes. Jaime afirma que o texto de Gomes busca uma filosofia genuinamente brasileira, propondo que a filosofia não se aprende em ciclos intelectuais com seus compêndios importados, mas se absorve no que urge sob as circunstâncias nacionais, no entanto, considera que é construído certo excesso e mesmo radicalismo na proposta, traçando a necessidade de uma originalidade no sentido forte do termo, pois o exagero de brasileirismo proposto por Gomes não nos leva ao campo filosófico genuíno, visto que os problemas filosóficos devem ser extraídos do seio da tradição filosófica, ao passo que a originalidade surge na incorporação das ideias, relacionando-as com as exigências locais, circunstanciais de cada país.

Contudo, embora haja toda uma problemática relacionada à relação luso-brasileira na experiência filosófica em campo nacional, é radical desconsiderar os pensadores brasileiros do contexto de suas discussões e propostas, lhes retirando o status de filósofos brasileiros por terem influenciado suas teses em pensamentos externos. Nesse sentido, Julio Cabrera afirma com convicção que:

[...] existiram no passado e existem atualmente filósofos brasileiros, neste sentido de filósofos que pensam desde o Brasil. E também, é claro, existiram e existem filósofos argentinos, chilenos, bolivianos, paraguaios, indianos, japoneses e africanos. Assim, se entendermos Filosofia não apenas como uma atividade profissional entre outras, mas como um modo do ser humano, como poderia um povo existir sem Filosofia? Por outro lado, filósofos podem existir no Brasil e em outros lugares, mas se não existirem os mecanismos informacionais, institucionais e valorativos, que permitam visualizá-los, eles não serão descobertos<sup>17</sup>

Pois, à parte terem influência exterior, as questões que abordam e que apresentam tiveram e têm forte influência numa construção brasileira de pensamento, apresentando

---

<sup>17</sup> CABRERA, 2010, p. 21

reflexões próprias. E isto deve ser levado em consideração quando se pensa o processo histórico na construção da Filosofia no Brasil.

## 5. Conclusão

A história da filosofia no Brasil, como foi apresentado, se desenvolve em nuances diversas no movimento histórico brasileiro. A problemática de uma filosofia brasileira em sua originalidade é um tema importante a ser pensado, uma vez que emerge em um país cuja miscigenação é ponto crucial de sua cultura e que as linhas de pensamento implantadas são estrangeiras. Porém, partindo do pressuposto de que as temáticas filosóficas se estabelecem por termos universais que são abordados pontualmente e incorporados às urgências de cada lugar, isso nos propõe que mesmo problemáticas, houve expressões filosóficas brasileiras de importância clara no desenvolvimento ideológico nacional, de modo que a filosofia está presente e é discutida em todos os períodos que compõem a história do Brasil. Portanto, a filosofia não deve ser entendida meramente no sentido de autoconstrução individual, ou de incorporação das urgências circunstanciais, mas como um conteúdo que se ensina e se aprende, uma vez que possuímos linguagem e método e, que tomados com importância constroem mais compreensão e mais dúvida e assim se desenvolve o caráter filosófico do pensamento e investigação.

Assim, há de convir que na história brasileira pensadores refletiram, produziram e reproduziram questões que não se mantiveram simplesmente alheias aos brasileiros, mas muitas das quais se incorporaram a nossa própria visão de mundo. Muitos intelectuais refletiram as condições humanas e a constituição social no Brasil, muitos tiveram atitude filosófica e, portanto desempenharam o papel de filósofos e incorporaram as produções que compõem a história da filosofia no Brasil.

## 6. Referências Bibliográficas

CABRERA, J. **Diário de um Filósofo no Brasil**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2010.

CERQUEIRA, L.A. “A Ideia de Filosofia no Brasil”. **Revista Filosófica de Coimbra**, n.o 39, 2011, pp. 163-192.

GOMES, R. **Crítica da Razão Tupiniquim**. 11 ed. São Paulo: FDT, 1994. [Coleção prazer em conhecer]

JAIME, J. **Historia da Filosofia no Brasil**. Vol.1-Petrópolis, RJ-vozes, São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997.

RODRIGUEZ, R. V. "La historia del pensamiento filosófico brasileño (siglo XX): problemas y corrientes". **RIB**, Washington, vol. XLIII, no. 1, 1993, pp.45-62.

ROMERO, Sylvio. **Apontamentos para a Historia da Literatura Brasileira no Século XIX: PHILOSOPHIA NO BRASIL**. Porto Alegre: Typographia da "deutsche zeitung", 1878.